



**ATA 1728ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos catorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às nove horas e  
2 trinta minutos, realizou-se a milésima setingentésima vigésima oitava reunião Plenária  
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua  
4 Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 14 (catorze) conselheiros (as),  
5 sendo esses efetivos (as) e suplentes, a seguir indicados (as): Alacir Villa Valle  
6 Cruces, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini,  
7 Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Luis  
8 Fernando de Oliveira Saraiva, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, José  
9 Ricardo Portela, Lilihan Martins da Silva, Luiz Tadeu Pessutto, Marly Fernandes dos  
10 Santos e Rita de Cássia Oliveira Assunção. Também esteve presente o gestor: Sérgio  
11 Augusto Garcia Júnior (Subsede de Sorocaba). **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**  
12 ***Justificativas de Ausência*** - Foram consideradas as justificativas de ausência dos  
13 (as) demais conselheiros (as): Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça  
14 Maria de Carvalho Camara, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Tereza  
15 Cristina Lara de Moraes, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, Luiz Eduardo  
16 Valiengo Berni, Marília Capponi, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni  
17 Mangini; Leonardo Lopes da Silva – está afastado conforme decisão da milésima  
18 quingentésima quadragésima sétima Reunião Plenária Ordinária de vinte e cinco de  
19 fevereiro dois mil e onze; Makilim Nunes Baptista – está afastado conforme decisão da  
20 milésima quingentésima sexagésima sétima Reunião Plenária Ordinária de dezessete  
21 de junho de dois mil e onze; Fábio Souza dos Santos – está afastado conforme  
22 decisão da milésima sexcentésima décima sexta Reunião Plenária Ordinária de vinte e  
23 cinco de fevereiro de dois mil e doze; Teresa Cristina Endo – está afastada conforme  
24 decisão da milésima sexcentésima trigésima sexta Reunião Plenária Ordinária de  
25 primeiro de junho de dois mil e doze e Ana Ferri de Barros - está afastada conforme  
26 decisão da milésima setingentésima décima oitava Reunião Plenária Ordinária de  
27 nove de agosto de dois mil e treze. **1.2) Lançamento do Livro de Direitos Humanos**  
28 - Citou-se que o livro de Direitos Humanos (testemunhos da época da ditadura) será  
29 lançado dia 15 de dezembro de 2013, durante a Assembleia Geral das Políticas  
30 Administrativas e Financeiras. Nessa publicação constam 27 (vinte e sete)  
31 testemunhos de São Paulo. É importante que o CRP-SP também faça um evento de  
32 lançamento. Cogita-se realizar no Memorial da Resistência. Será uma atividade de  
33 caráter eminentemente político. **II) COMISSÃO DE ÉTICA** – A Coordenadora Técnica  
34 Ana Paula Jardim apresentou os dados gerais das ações desenvolvidas pela  
35 Comissão de Ética durante a Gestão 2010-2013. Foram recebidas 328 novas  
36 representações; no último ano, as representações *Ex officio* aumentaram de 24% para  
37 46% do total de representações recebidas; Elaborados 290 Pareceres PDE FP (Fase



38 Preliminar); Realizadas 70 Plenárias Éticas, que apreciaram 347 Pareceres PDE FP e  
39 169 Pedidos de Reconsideração; instaurados 158 processos éticos, sendo 33% Ex  
40 officio; realizadas 80 Plenárias de Julgamento, que apreciaram 180 processos; em  
41 julho de 2011 havia 73 Comissões de Instrução a serem instauradas, sendo que em  
42 Junho de 2013 este número caiu para 39. Em relação a esses dados, há que se  
43 apontar: o empenho da Comissão de Ética na redução dos prazos dos trâmites  
44 processuais, que ocorreu por meio de uma “força-tarefa” na realização de um número  
45 elevado de Plenárias, pelo aumento de 50% no número de Membros da COE  
46 (contemplando colaboradores de todas as regionais do CRP), do aumento do número  
47 de Comissões de Instrução instituídas (inclusive em algumas subsedes) e da  
48 reorganização da equipe de apoio técnico. De 347 PDEs analisados, foram  
49 instaurados 158 processos éticos, o que indica que aproximadamente 55% das  
50 representações vêm sendo arquivadas em fase preliminar (por não haver indícios de  
51 infração ética). Em seguida, foi feita a apresentação gráfica dos Processos Éticos  
52 divididos em: locais de atuação (trânsito/Detran, organizacional, Fórum, consultório,  
53 clínica, outros) temas (atuação em mídia/rádio/TV/jornal/telefone, avaliação  
54 psicológica para obtenção de CNH, avaliação psicológica para vara criminal, avaliação  
55 psicológica para vara de família, envolvimento material, manejo inadequado na  
56 relação terapêutica, outros) e subtemas (devolutiva, encaminhamento, manejo  
57 inadequado na relação terapêutica, preconceito e discriminação, produção de  
58 documentos escritos pelo psicólogo, quebra de sigilo e testes psicológicos). A  
59 coordenadora apresentou as observações registradas pela Presidenta da COE,  
60 Patrícia Unger Raphael Bataglia: mais da metade dos processos são referentes à  
61 atuação do psicólogo em consultório e em clínica, principalmente na avaliação  
62 psicológica realizada pelo psicólogo clínico, que produz documento posteriormente  
63 anexado pelo cliente a processo judicial na Vara de Família. O CRP/SP vem  
64 concentrando esforços para minimizar esta tendência por meio de ações de orientação  
65 aos psicólogos. Os questionamentos da avaliação psicológica para Vara Criminal  
66 referem-se principalmente ao manejo e produção de documentos escritos. Expõe que  
67 6% dos processos éticos tramitam com este tema, embora tenha diminuído nas novas  
68 representações para 2%. O envolvimento material consta em 5% dos processos e  
69 relaciona-se à solicitação de empréstimo de dinheiro e envolvimento em sociedade  
70 comercial com o cliente. Aparece nos processos éticos em trâmite; porém não há  
71 ocorrências recentes registradas. Também não foram registradas novas  
72 representações referentes à atuação do psicólogo na Mídia (TV, Internet). Esta tem  
73 sido uma preocupação constante, uma vez que a inadequação do profissional nesse  
74 contexto tem reflexo abrangente, por atingir um grande número de pessoas. Os  
75 principais questionamentos referentes a testes psicológicos são: uso de testes sem  
76 parecer favorável do CFP, uso de material não original, aplicação e mensuração em  
77 desacordo com os Manuais Técnicos e eventualmente acesso de material privativo a



78 não-psicólogos. Quanto à quebra de sigilo, tem sido averiguada a disponibilização de  
79 informações a terceiros e inadequação do local de atendimento, aumentando a  
80 incidência em 6%. Há dúvidas ainda na questão do preconceito, devolutiva ausente ou  
81 incompleta e a falta de encaminhamento. Ao final, suscitou outras ações da Comissão  
82 de Ética, a saber: 1) estudo sobre a implantação de Mediação/Conciliação em  
83 processos éticos do CRP/SP e apresentação da temática na APAF. 2) introdução e  
84 consolidação de novo sistema informatizado para registro da tramitação de processos  
85 éticos. 3) elaboração de material de orientação ao psicólogo quanto à produção de  
86 documentos escritos e realização de oficinas na Sede e Subsedes. 4) qualificação de  
87 psicólogos colaboradores e pessoal Administrativo nas Subsedes para regionalização  
88 de Comissão de Instrução. 5) publicação de matérias sobre “Questões Éticas”, box  
89 ético (contendo síntese de processo) e penalidade no JornalPsi. 6) participação em  
90 Pré-Congresso e VIII Congresso Regional de Psicologia (COREP). 7) apresentação de  
91 pôster com divulgação sobre os trabalhos da COE na II Mostra Nacional de Práticas  
92 em Psicologia. Considerações do plenário: a) Deve-se explicar quando se menciona  
93 consultório, clínica, Caps e Prefeitura, porque o entendimento não é claro. b) Qualificar  
94 todas as informações que foram consideradas como “outras” nos gráficos; c) Corrigir  
95 quando menciona Vara de Família porque a interpretação é dúbia (pode dar a  
96 impressão que o local de atuação é dentro da Vara); d) Se atentar aos registros dos  
97 temas com relação aos Processos que iniciaram por motivo de queixa e  
98 desencadearam em outro enquadramento que não é queixa; e) Apontar que  
99 diminuíram os processos com profissionais da área de trânsito, mas que é necessário  
100 continuar investindo nessa área; f) Na análise dos dados registrar que, ao perceber  
101 que o ponto crítico dos Processos Éticos era com relação a documentos escritos, a  
102 gestão iniciou ações de orientação à categoria, elaborando folder, realizando rodas de  
103 conversa, etc., mas foi lembrado que no relatório final da Comissão de Ética essa  
104 avaliação está contemplada no texto que será inserido no Relatório de Gestão. **III)**  
105 **COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** – Foi apresentada uma tabela  
106 contendo o número de fiscalizações, retornos de fiscalizações e orientações com  
107 Conselheiros da COF, Comissão Gestora, por telefone, e-mail e pessoalmente, na  
108 sede e nas Subsedes durante a Gestão 2010-2013, pela Coordenadora Técnica Ana  
109 Paula Jardim. Com esses dados, é possível afirmar que a contratação de assistente  
110 técnico nas Subsedes e Sede foi muito importante para esta gestão, pois  
111 corresponderam à política deste plenário, mesmo sabendo que para se fazer uma  
112 política de orientação mais atuante, uma assistente técnica nas Subsedes que a  
113 demanda é maior, não é suficiente. Será uma tarefa para a próxima gestão. Frisou-se  
114 que todas as demandas recebidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo  
115 foram atendidas pela atual Gestão, ou seja, não há pendências. Considerações do  
116 Plenário: Deve-se reforçar que esta gestão focou na prevenção, orientação e  
117 fiscalização. Trata-se de uma decisão política e a partir dela, foi possível ampliar o



118 número de suas ações com orientação. No relatório da Comissão de Orientação e  
119 Fiscalização, produzido pela Presidenta Graça Maria de Carvalho Camara, já consta  
120 esse apontamento, informou a coordenadora Ana Paula Jardim. Houve sugestão de  
121 apresentar os dados que, em sua maioria são numéricos, no formato de gráficos para  
122 clarificar melhor o que se pretende apresentar. Em seguida, foi considerada que, antes  
123 da admissão de Assistentes Técnicas nas Subsedes, a totalidade das orientações  
124 concedidas pela Comissão Gestora não foram contabilizadas pelas Subsedes. Fica  
125 registrado o agradecimento da Mesa Diretora, em nome do plenário, ao trabalho da  
126 Coordenadora Técnica Ana Paula Jardim e às Presidências da COE e COF pela  
127 dedicação e empenho. **Encaminhamento:** Separar as fiscalizações por motivo de  
128 rotina e oriundas de queixas. **IV) PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** – O conselheiro  
129 Luiz Tadeu Pessutto lembrou a orientação do Conselho Federal de Psicologia no  
130 que concerne à divulgação dos salários dos funcionários do CRP no Portal da  
131 Transparência do CRP-SP e dos jetons dos(as) conselheiros(as). Em conversa com o  
132 Gerente-Geral Diógenes Pepe pensou-se em indicar apenas os cargos, número de  
133 matrícula, salário base, anuênio e data de admissão dos funcionários. Com relação à  
134 divulgação dos jetons ainda será analisada a solução pela gerência e diretoria  
135 oportunamente. **Encaminhamento:** O plenário concordou com todo o exposto. **V)**  
136 **APROVAÇÃO DAS ATAS 1705ª (14/06/13), 1706ª (15/06/13), 1709ª(05/07/13), 1712ª**  
137 **(12/07/13), 1718ª (09/08/13) e 1719ª (10/08/13)** - O conselheiro Luis Fernando de  
138 Oliveira Saraiva submeteu à apreciação e aprovação do plenário os registros das  
139 sessões plenárias do CRP-06 correspondentes a 1705ª e 1706ª (de 14 e 15/06/2013),  
140 1709ª (de 05/07/13), 1712ª (de 12/07/13), 1718ª e 1719ª (de 09 e 10/08/13). Foram  
141 registradas as seguintes modificações: Na Ata 1705ª, de 14/06/13, na linha 47 que  
142 discorreu sobre a “Adesão do CRP-06 ao Manifesto em Defesa do CAPS Luis  
143 Cerqueira/Itapeva da Saúde Mental e SUS”, na linha 64 que tratou sobre o “IV  
144 Simposio Internacional sobre Patologización De La Infancia “Prácticas Inclusivas Y  
145 Subjetivantes Em Salud Y Educación”, linha 101 que refere-se à assuntos da  
146 “Comissão de Ética”, nas linhas 157, 161, 168, 173, 176 e 179 que dialogou sobre o  
147 “Encaminhamento Da Reunião De Presidentes”. Na Ata 1706ª, de 15/06/13, na linha  
148 320 acerca do “Caderno De Deliberações”. Na Ata 1718ª, de 09/08/13, na linha 126,  
149 que debateu a “Recomposição da Diretoria” e na linha 147 relativo ao “Ato Médico”.  
150 Nas Atas 1709ª, de 05/07/13, 1712ª de 12/07/13 e 1719ª de 10/08/13 não houve  
151 considerações. **Encaminhamento:** Consideradas as alterações assinaladas, o  
152 plenário homologou as atas das reuniões plenárias ordinárias. **VI) CREPOP** – Durante  
153 a Gestão 2010-2013 o CREPOP desenvolveu várias ações. Edson Ferreira Dias  
154 Júnior, Assessor Técnico as apresentou ao plenário: Foram 7 (sete) pesquisas: CRAS,  
155 Diversidade Sexual, Políticas Públicas do Esporte, Serviço Hospitalar, Políticas  
156 Públicas para Idosos, Políticas Públicas de Segurança, População de Rua; 6 (seis)  
157 consultas públicas: Atuação dos (as) Psicólogos (as) no CREAS, Atuação dos (as)



158 Psicólogos (as) nos CAPS, Atuação dos (as) Psicólogos (as) em Programas de  
159 Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Atuação dos (as) Psicólogos (as) em  
160 Educação Básica, Atuação dos (as) Psicólogos (as) no Sistema Prisional, e Atuação  
161 dos (as) Psicólogos (as) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de  
162 Violência de Gênero; 2 (dois) lançamentos/relançamento de referência: Documento de  
163 Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (as) na Educação Básica e  
164 Discussão sobre documento de referências CREPOP e práticas dos (as) Psicólogos  
165 (as) no âmbito das políticas públicas de DST/Aids; produziu 2 (dois) eventos: I  
166 Seminário Regional sobre Políticas Públicas em 2011 e o II Seminário Regional sobre  
167 Políticas Públicas em 2013. Neste último foi solicitada a degravação da fala dos  
168 conselheiros Joari e Biancha, pois trazem a realidade das condições de trabalho dos  
169 psicólogos do Estado de São Paulo – recorte feito a partir dos relatórios do CREPOP-  
170 SP. Distribuiu 2.500 (dois mil e quinhentos) documentos de referências, 11.000 (onze  
171 mil) folderes, 16 (dezesesseis) banneres, sendo 08 (oito) enviados às Subsedes, e 8.500  
172 (oito mil e quinhentos) mini-cds. Destacou que no Estado de São Paulo o CREPOP-  
173 SP fez contato por meio de e-mail, carta, etc. com 893 (oitocentos e noventa e três)  
174 psicólogas(os) aproximadamente e mais de 2.500 (duas mil quinhentas) instituições  
175 (Caps, Cras, Creas, Drads, DRs, Prefeituras, Departamentos, Núcleos, Albergues,  
176 Secretarias, Serviços, ONGs e etc.). Nesse sentido, o CREPOP propõe algumas  
177 ações para avançar: criar o Manual de Políticas Públicas; fazer leitura transversal dos  
178 Documentos do CREPOP (população assistida); analisar os documentos do CREPOP  
179 para fomentar ações do Conselho e COF; elaborar um manual de marcos lógicos  
180 legais, de forma sintética para auxiliar os psicólogos (as) em políticas públicas,  
181 produzir documento de Referência que visa diálogo com Gestores (quais as  
182 contribuições dos psicólogos (as) na Política Pública); organizar Fórum permanente de  
183 discussão referente às Políticas Públicas, voltado à categoria; atividades que ampliem  
184 a participação de estudantes de Psicologia com a esfera das Políticas Públicas e  
185 sugerir ao CREPOP Nacional criar canais que amplie a interatividade com o Portal do  
186 CREPOP. Quanto à proposta de se fazer leitura transversal dos Documentos do  
187 CREPOP (população assistida), foi exibido um organograma que dá a dimensão de  
188 quais equipamentos os profissionais estão inseridos, em quais serviços estão  
189 atendendo, qual a população e como a sociedade está sendo atendida nesses  
190 espaços. *Considerações do Plenário:* Teceu-se elogios acerca das produções do  
191 Crepop, pois contribuem muito para os profissionais e gestores. Sabendo que as  
192 atividades são disparadas a partir da realidade do trabalho, este plenário deixará  
193 apontado que o CREPOP será o disparador para a realização de conversas por meio  
194 de rodas de conversa, por exemplo, com a categoria, sempre voltadas para as  
195 políticas públicas, destacando que ele não fará a discussão política, somente técnica.  
196 Isso desencadeará em um estreitamento nas relações do CREPOP com a COF e a  
197 COE. Nesse momento, a conselheira presidenta Carla Biancha Angelucci lembrou que



198 nas atividades produzidas pelo CRP na Sede e Subsedes, o CREPOP sempre deve  
199 ser acionado para atuarem conjuntamente. É preciso reforçar o lugar do CREPOP na  
200 construção de referencia técnica, bem como estabelecer alianças e parcerias para  
201 fazer discussão a partir das referencias do CREPOP e não a partir da gestão pública,  
202 por exemplo. Houve sugestão de retomar o Grupo de Trabalho Políticas Públicas e  
203 convidar a ABEP para os debates voltados para o ensino e o Sindicato dos Psicólogos  
204 do Estado de São Paulo – Sinpsi nas discussões atinentes ao trabalho.

205 **Encaminhamento:** Serão disponibilizadas algumas publicações do CREPOP –  
206 CREAS para a IX Conferência Estadual de Assistência Social nos dias 1, 02 e 03 de  
207 outubro de 2013, no município de Atibaia/SP. Tendo em vista a importância de a  
208 categoria ter acesso às referências técnicas do CREPOP, o plenário defende pela  
209 permanente impressão dos documentos para distribuição junto à categoria. **VII)**

210 **RELATÓRIO DE GESTÃO** – A conselheira presidenta Carla Biancha Angelucci  
211 noticiou que durante a Transmissão de Posse, dia 26 de setembro de 2013, será  
212 entregue o Relatório de Gestão aos (às) conselheiros (as) presentes. Os(as)  
213 conselheiros(as) ausentes receberão por correio. O relatório de gestão está em  
214 processo de finalização. Sua elaboração dá a exata dimensão de tudo que o plenário  
215 fez. Citou-se que a realização de plenárias pedagógicas ajudou muito na recepção dos  
216 novos conselheiros para o desenvolvimento de suas atividades ordinárias.

217 **Encaminhamento:** A Coordenação de Secretaria deverá criar um texto de  
218 agradecimento para que este seja utilizado de base pelas Subsedes. A proposta é  
219 enviá-lo às entidades parceiras da Sede e Subsedes, inclusive ao Conselho Federal  
220 de Psicologia e aos funcionários do CRP-06. O agradecimento aos(as)  
221 conselheiros(as) constará no texto convite para a solenidade de Transmissão de

222 **Cargos. VIII) REPRESENTAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS** – A coordenadora da  
223 Comissão de Direitos Humanos, conselheira Maria Orlene Daré, indica a importância  
224 de o CRP manter a representação nos seguintes espaços: **8.1) GT para Criação do**

225 **Comitê e do Mecanismo Estadual de Combate à Tortura**– Composto por  
226 importantes entidades da área dos direitos humanos, esse grupo, há 2 anos, tenta  
227 propor uma lei para criar o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura no município de  
228 São Paulo. Em 2012 esse PL foi apresentado na Secretaria de Justiça, mas a  
229 Secretaria tem colocado muitos impeditivos. Dentre eles, que não pode criar cargos  
230 comissionados para o citado Comitê. Porém, na última quinta-feira, dia 12 de  
231 setembro de 2013, o GT esteve reunido na Secretaria da Justiça a convite da  
232 Secretaria. A conselheira Maria Orlene Daré esteve presente e contou que está sendo  
233 proposto ao GT a tarefa de organizar um plano estadual para prevenção e combate à  
234 tortura. Com isso, o GT está analisando se continua nesse enfrentamento com a  
235 Secretaria de Justiça. Trata-se de uma ação importante que o CRP-SP certamente  
236 deve estar presente e acompanhando. A Comissão de Direitos Humanos deste CRP-  
237 06 indica a continuidade da representação no Conselho Consultivo da Comissão



238 Estadual da Verdade “Rubens Paiva”. Atualmente, a psicóloga Maria Auxiliadora  
239 Arantes (Dodora) representa o CRP-06 no referido espaço. **8.2) Câmara Técnica de**  
240 **Bioética do CREMESP** – É um espaço importante porque discute os Direitos  
241 Humanos na terminalidade da vida e a Psicologia tem muito a contribuir. **8.3) Fórum**  
242 **Permanente de Políticas Públicas para a População de Rua** – Os objetivos de luta  
243 desse Fórum estão alinhados com os princípios desta gestão. **Encaminhamento:** O  
244 plenário homologa a continuidade do CRP nesses espaços de representação e  
245 indicará seus atuais representantes ao próximo plenário para análise. Defende a  
246 manutenção dos espaços de representatividade do CRP em Fóruns e Conselhos de  
247 caráter político, de garantia de direitos humanos, controle social, inclusive: Fórum  
248 sobre medicalização da educação e da sociedade (nacional e núcleo São Paulo);  
249 ULAPSI, Secretaria Executiva do Congresso Brasileiro Ciência e Profissão, Fórum  
250 latino-americano contra patologização da vida da Argentina, Comitê Estadual de  
251 Combate à Homofobia, Conectas, Consocial, Fórum dos Trabalhadores do SUAS,  
252 Conselho da Cidade da Prefeitura de São Paulo e adesão ao Fórum de políticas  
253 antiproibicionistas. Também será indicada a importância de debater os seguintes  
254 temas: redução da maioria penal, acompanhamento de Projetos de Lei  
255 (Psicofobia, etc.), principalmente os que visam a inserção da(o) psicóloga(o) na  
256 educação, encarceramento em massa, Projeto piloto da escuta de criança e  
257 adolescente em Varas do Tribunal de Justiça, Psicologia e questões da terra, dentre  
258 outros assuntos que já foram contemplados no caderno de deliberações do VIII  
259 COREP-SP, como a continuidade na divulgação do relatório da inspeção nacional à  
260 locais de internação de usuários de álcool e outras drogas, potencializando a parceria  
261 com a Defensoria Pública, pois em Taubaté, isso reverberou positivamente: a  
262 defensoria não está aceitando pedido de internação compulsória no município. **IX)**  
263 **INDEFERIMENTO DE PJ** – Apresentou-se o indeferimento do pedido de Pessoa  
264 Jurídica, referente ao Processo nº 176412, conforme parecer elaborado pela  
265 Comissão de Orientação e Fiscalização. **Encaminhamento:** Devida a constatação de  
266 violação aos direitos humanos, o Plenário ratifica o indeferimento à PJ acima. Nada  
267 mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão,  
268 da qual eu, conselheiro secretário Luis Fernando de Oliveira Saraiva, lavrei a presente  
269 Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, catorze de setembro de dois mil e  
270 treze.

---

**CARLA BIANCHA ANGELUCCI**  
Conselheira Presidenta

---

**LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA SARAIVA**  
Conselheiro Secretário